



## **LEI ORDINÁRIA Nº 1701**

*de 30 de abril de 2014*

### **AUTORIZANDO O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A PROCEDER REPASSE DE VERBA ÀS ENTIDADES/ESCOLAS ABAIXO RELACIONADAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*O DR. ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA - PREFEITO MUNICIPAL DE  
JARDIM, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições  
legais, FAZ SABER que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

#### **Art. 1º..**

*Fica autorizado o Poder Executivo Municipal proceder o repasse de  
verbas para as entidades abaixo relacionadas.*

*APM - CIEI DR. JOSE JOAQUEIM                      VALOR: R\$ 1.000,00  
MONTEIRO CASTRO*

*Repasse financeiro a conveniada com  
a finalidade de ajudar o custeio nas  
despesas com desfile cívico municipal.*

*SOCIEDADE PESTALOZZI DE                      VALOR: R\$ 1.500,00*

*JARDIM Repasse financeiro a  
conveniada com a finalidade de  
ajudar o custeio nas despesas com  
desfile cívico municipal..*

*ESCOLA ESTADUAL CEL. JUVÊNCIO*

*Repasse financeiro a conveniada com  
a finalidade de ajudar o custeio nas  
despesas com desfile cívico  
municipal..*

*VALOR: R\$ 4.500,00*

ANDREIA DE SOUZA VIEIRA - ME VALOR R\$ 1.500,00

*Repasse financeiro a conveniada com a finalidade de ajudar o custeio nas despesas com desfile cívico municipal..*

APM - ESCOLA MUNICIPAL VALOR: R\$ 4.500,00

*CHAQUIB KADRI Repasse financeiro a conveniada com a finalidade de ajudar o custeio nas despesas com desfile cívico municipal..*

APM - ESCOLA MUNICIPAL MAJOR VALOR: R\$ 4..500,00

ALBERTO RODRIGUES COSTA

*Repasse financeiro a conveniada com a finalidade de ajudar o custeio nas despesas com desfile cívico municipal..*

COLÉGIO DOM BOSCO VALOR: R\$ 1.500,00

*Repasse financeiro a conveniada com a finalidade de ajudar o custeio nas despesas com desfile cívico municipal..*

### **Art. 2º..**

*Caberá ao Poder Executivo, mediante prévia firmação de convênio, proceder à fiscalização dos repasses às Instituições previstas no artigo 1º, podendo, por ato próprio, tomar as medidas cabíveis para que haja a devida prestação de contas nos termos exigidos pela legislação em vigor e determinações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.*

### **Parágrafo único. .**

*Caso o desatendimento das prestações de contas exigidas no caput deste artigo ocasione prejuízo ao Erário Público, acarretará o cancelamento dos repasses às instituições faltosas, bem como a responsabilização sobre o patrimônio pessoal de seus dirigentes.□*

**Art. 3º..**

*Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*JARDIM - MS, EM, 30 DE ABRIL DE 2014*

*DR. ERNEY CUNHA BAZZONO BARBOSA* *Prefeito Municipal*

---

*Lei Ordinária Nº 1701/2014 - 30 de abril de 2014*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*